

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE SÃO GABRIEL DO OESTE NA MODALIDADE TELEPRESENCIAL

Aos 31 dias do mês de março o ano de dois mil e vinte e dois, o Presidente e Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, Desembargador André Luís Moraes de Oliveira, realizou a conclusão da Correição Ordinária na Vara do Trabalho de São Gabriel do Oeste, relativa a este exercício, com a extração dos relatórios e análise do período compreendido entre 1/2/2021 a 28/2/2022, com fundamento no artigo 682, XI, da Consolidação das Leis do Trabalho.

O Edital N. 10/2022, disponibilizado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho nº 3.430/2022, em 11/3/2022, no Caderno Administrativo do TRT 24ª Região, na página 2, tornou público que a conclusão desta correição ordinária dar-se-ía nesta ocasião (CorOrd 0000012-52.2022.2.00.0524, do PJeCor).

	CORREGEDOR
Desembargador	André Luís Moraes de Oliveira

1. EQUIPE CORREICIONAL

EQUIPE CORRECIONAL				
SERVIDOR	FUNÇÃO			
Claudia Giseli Vilela Marques	Secretária-Geral da Presidência			
Amado Luiz da Silva Junior	Assistente de Atividade Correicional			
Rosemeire Pinheiro de Araújo	Chefe de Gabinete			
Regiane Gimenez Barboza Belão	Analista Judiciário			
Tânia Maria Barbieri Salles Técnico Judiciário				





2.COMPOSIÇÃO DA UNIDADE CORREICIONADA

Vara do Trabalho de São Gabriel do Oeste Juiz(a) Titular no período correicionado			
17/12/2020 (RA n. 147/2			
Kelly Cristina Monteiro Dias Estadulho	12/4/2021 (RA n. 45/2021)		
	3/5/2021 (RA n. 49/2021) a		
	2/11/2021 (RA n. 134/2021).		
	Não atuou, pois está		
Flávio da Costa Higa	convocado, como Juiz Auxiliar		
	da Presidência, desde		
	1°/1/2019 (Ato GP n.		
	701/2018).		
	Assumiu a unidade em		
Izabella de Castro Ramos	15/12/2021, por remoção,		
	conforme RA n° 154/2021.		

3. VITALICIAMENTO DOS JUÍZES DO TRABALHO SUBSTITUTOS

Não há juízes vitaliciandos lotados na unidade.

4. RESIDÊNCIA E ASSIDUIDADE

4.1 - Residência da Juíza Titular

	Sim	Não
A Juíza Titular da Unidade reside nos limites territoriais de jurisdição da Vara?		Х
Autorização requerida em 8/3/2022 - PROAD 19.040/2022.		
Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretari	a, corrob	orada por
declaração da magistrada.		

4.2 Assiduidade no período correicionado (frequência do comparecimento)(*)

Juíza Titular					
	No período correicionado a Juíza Titular realizou				
	atendimento presencial quinzenalmente, considerando a				
Atendimento Presencial	Portaria TRT GP N.1/2022 que restabeleceu, a partir de				
	14/1/2022, até posterior deliberação, regime				
	diferenciado de trabalho.				



Atendimento Atendimento pela Plataforma Zoom, de segunda-feira a sexta-feira.

* Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria e para período coincidente com normativos do Tribunal que prestigiavam o atendimento e as audiências de modo telepresencial em prevenção ao contágio pelo novo coronavírus.

5. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Nome do Servidor	Cargo	Função	Situação	Licença (superior a 30 dias)	
Francisco de Paula		Diretor de Secretaria	Cedido		
Carmeni Ferraz de Souza	Técnica Judiciária	Assistente de Juiz	Efetiva		
Emanuelle Martins Barbosa	Técnica Judiciária	Assistente de Diretor de Secretaria	Efetiva	férias	
Sarita Molinari Medeiros	Técnica Judiciária	Secretária de Audiência	Efetiva		
Rodrigo Lima da Silva	Técnico Judiciário	Auxiliar Especializado	Efetivo	férias	
Marcelo Soares da Silva	Analista Judiciário	Oficial de Justiça	Efetivo	férias	
Nome do Estagiário					
Não há					

6. INSTALAÇÃO FÍSICA

Situação		Observações
Excelente	()	
Boa	(X)	 o piso solto na calçada da frente; as portas da sala de audiência e do gabinete com defeito; goteira na sala de audiência e na secretaria; e
Regular	()	
Ruim	()	
Quadro preenc	hido se	egundo informações do Diretor de Secretaria.

Em relação aos problemas nas instalações físicas da unidade, apontados na ata de 2021, a Diretoria Geral informou no PROAD 16022/2021 a conclusão do serviço relativo ao piso de porcelanato, bem como a previsão de deslocamento da equipe técnica de empresa terceirizada, para a semana de 25/4 a 29/4/2022.



Registre-se que foi expedido o OF.TRT24/SGP/GCR Nº 116/2022 para que sejam averiguados, na referida visita da equipe técnica os demais problemas apontados pelo Diretor de Secretaria da unidade, por ocasião das respostas ao questionário de correição.

7. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL.

A análise da movimentação processual considera o acervo de processos pendentes de solução na fase de conhecimento e de finalização na fase de execução, os resultados obtidos com as conciliações realizadas, a quantidade de sentenças proferidas e de execuções finalizadas, de acordo com as metas aprovadas pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, bem como com o desempenho da Unidade em relação aos resultados obtidos no IGEST, conforme detalhado na sequência.

Meta 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento que os distribuídos no ano corrente. A meta pode ser alcançada mediante julgamento dos processos distribuídos no ano de medição, bem como daqueles distribuídos em anos anteriores, inclusive processos de conhecimento das demais Metas.

Meta 2 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2020. A meta considera o número total de casos de conhecimento distribuídos na unidade no PERÍODO DE REFERÊNCIA (até 31/12/2020), que serão julgados e os que permanecerão pendentes de julgamento, em 2022, excluídos os suspensos, sobrestados ou em arquivamento provisório. Destaca-se, portanto, que além de identificar e julgar os processos da meta, a unidade deve localizar e registrar corretamente os casos de suspensão, sobrestamento ou de arquivo provisório.

Meta 3 - Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2019/2020, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%. Esta Meta tem como objetivo estimular a conciliação



nas unidades. Para efeitos da meta, por soluções por conciliação deve ser entendido o somatório do número de sentenças homologatórias de acordo na fase de conhecimento.

Meta 5 - Reduzir em 1 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2020. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%. A taxa de congestionamento mede o percentual de processos que ficaram parados sem solução, em relação ao total tramitado no período de um ano. Quanto maior o índice, mais difícil será a solução do estoque de processos. A taxa de congestionamento líquida, por sua vez, é calculada retirando do acervo os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório. A cláusula de barreira indica que o tribunal que alcançar determinado percentual ou menos no indicador, cumprirá a meta independente de redução.

Os números alcançados pela unidade, apontados no quadro abaixo, refletem no seu desempenho relativamente aos resultados obtidos no IGEST, dentre eles podemos destacar os mesoindicadores e critérios deles integrantes:

Acervo: processos pendentes, a idade média dos pendentes de julgamento e a taxa de conclusos com prazo vencido;

Produtividade: levam em conta as taxas de
conciliação, de solução e de execução, considerando a força de
trabalho disponível;

Congestionamento: taxas de congestionamento nas fases
de conhecimento e de execução.



	Movimentação Processual (*)	2020	2021	2022 (até 28/2/2022)			
	Fase de Conhecimento						
1	Processos recebidos (Resumo - B1.1)	353	288	41			
2	Processos pendentes de solução (Resumo - B5)	172	63	57			
3	Processos solucionados (Gerenciais A1.2.1)	320	406	50			
4	Processos com sentença reformada/anulada/revogada (Resumo - B1.2)		7	1			
5	Sentenças proferidas (Transparência - produção - 1º Grau - VT - Conhecimento)	160	214	21			
3	Conciliações realizadas (Transparência - produção - 1º Grau - VT - Conhecimento)		184	29			
(Pastas T	Incidentes processuais julgados (Pastas TRT24ª Região - Incidentes Processuais por Vara do Trabalho - a partir 2020)						
	Embargos de declaração julgados	47	77	6			
6	Tutelas provisórias apreciadas	21	17	2			
	Incidentes de liquidação/execução	22	20	5			
Fase de Execução							
7	Processos iniciados (Resumo - D.1)	166	174	3			
8	Processos finalizados (Resumo - D.6)	140	146	37			
9	Processos pendentes de finalização (Resumo - D.8)	221	185	181			

^(*) Dados estatísticos extraídos do E-Gestão.

Verificou-se a **redução** na quantidade de processos pendentes de solução na fase de conhecimento, uma vez que no ano de 2020 restaram pendentes 172 (cento e setenta e dois) processos e no ano de 2021 restaram pendentes 63 (sessenta e três). No ano de 2022 constam pendentes de solução 57 (cinquenta e sete) processos, até 28/2/2022, sendo 4 (quatro) do ano 2020 que podem interferir no cumprimento da Meta 2 de 2022 (identificar e julgar, até 31/12/2022, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2020)

Constatou-se **redução** na quantidade de processos pendentes de finalização na fase de execução, uma vez que no ano de 2020 restaram pendentes 221 (duzentos e vinte e um) processos e



no ano de 2021 restaram pendentes 185 (cento e oitenta e cinco). No ano de 2022 constam pendentes o total de 181 (cento e oitenta e μ), até 28/2/2022.

Na Ata de Correição Ordinária da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, ocorrida no período de 24 a 28 de maio de 2021, foi recomendado aos juízes de primeiro grau que priorizassem a solução dos processos na fase da execução a fim de que o número de execuções iniciadas e encerradas alcance resultados mais positivos:

"... Considerando que o total de execuções iniciadas e encerradas esteve abaixo da média dos Tribunais de idêntico porte nos três anos analisados, recomenda-se que os juízes de primeiro grau sejam incentivados a priorizar a solução dos processos na fase da execução a fim de que o número de execuções iniciadas e encerradas alcance resultados mais positivos..."

Houve **aumento** na quantidade de conciliações realizadas, uma vez que no ano de 2020 foram realizadas 159 (cento e cinquenta e nove) conciliações, no ano de 2021 constaram 184 (cento e oitenta e quatro) e no ano de 2022 foram registradas, até 28/2/2022, 29 (vinte e nove). A realização de conciliações reflete no cumprimento das Metas 1, 2 e 3, do CNJ.

8. ARQUIVO PROVISÓRIO

Arquivo Provisório			
1	Processo em arquivo provisório (Gerenciais - A.5.3)	Situação em 28/2/2021	
_		0	

A unidade não possui processos em arquivo provisório (condição confirmada por meio de relatório gerencial do e-gestão-A.5.3, extraído no dia 8/3/2022).



9. PROCESSOS EXAMINADOS

Nos termos do Art. 682, XI, da CLT, do Art. 5° do Provimento SGP/GCR N. 007/2020 e do Art. 32, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, 19/12/2019, foram inspecionados os processos eletrônicos (PJe): **2006**: 0029600-19.2006.5.24.0081; **2015**: 0024216-60.2015.5.24.0081; 0024357-79.2015.5.24.0081; 2016: 0024025-78.2016.5.24.0081; 0024524-62.2016.5.24.0081; 0024026-63.2016.5.24.0081; 0024046-83.2018.5.24.0081; 2019: 0024198-97.2019.5.24.0081; 0024323-65.2019.5.24.0081; 0024327-05.2019.5.24.0081; 0024366-02.2019.5.24.0081; 0024385-08.2019.5.24.0081; **2020**: 0024179-57.2020.5.24.0081; 0024231-53.2020.5.24.0081; 0024274-87.2020.5.24.0081; 0024299-03.2020.5.24.0081; 0024347-0024265-28.2020.5.24.0081; **2021**: 0024009-59.2020.5.24.0081, 51.2021.5.24.0081; 0024016-43.2021.5.24.0081; 0024018-13.2021.5.24.0081; 0024031-12.2021.5.24.0081; 0024116-95.2021.5.24.0081; 0024128-12.2021.5.24.0081; 0024132-0024177-53.2021.5.24.0081; 49.2021.5.24.0081; 0024192-22.2021.5.24.0081; 0024193-07.2021.5.24.0081; 0024205-21.2021.5.24.0081; 0024208-73.2021.5.24.0081; 0024221-72.2021.5.24.0081; 0024222-57.2021.5.24.0081; 0024227-79.2021.5.24.0081; 0024228-64.2021.5.24.0081, 0024263-24.2021.5.24.0081, 0024286-67.2021.5.24.0081, 0024275-38.2021.5.24.0081; e **2022**: 0024039-52.2022.5.24.0081, 0024004-92.2022.5.24.0081.

10. PRAZOS MÉDIOS

O prazo médio do processo influencia na celeridade e na sua razoável duração, bem como no desempenho da Unidade com relação aos resultados obtidos no IGEST. O excesso de prazo em uma determinada tarefa prejudica a eficiência na entrega da prestação jurisdicional.



É de suma importância que a secretaria da unidade judiciária realize, por meio das ferramentas disponíveis, o monitoramento do tempo que o processo permanece em cada tarefa. A título de exemplo, cita-se o controle dos processos que se encontram nas tarefas de "Cumprimento de Providência" e de "Análise".

Impacta no prazo médio do processo, dentre outros, o tempo gasto para:

- inclusão em pauta de audiência;
- confecção de expedientes (certidões, notificação, ofícios, alvarás, cartas precatórias, mandados, entre outros);
- elaboração de minutas (despachos, decisões e sentenças);
- realização de perícias (médica, técnica e contábil);
 - elaboração de cálculo e de atualização;
- -consultas por meio das ferramentas executórias (BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD, etc).

10.1 FASE DE CONHECIMENTO

Do ajuizamento da ação até a prolação de	2020	2021	2022 (até 28/2/2022)
sentença (Gerenciais A.4.4)			, , , , ,
	129	133	92

A unidade **aumentou** em 4 (quatro) dias o aludido prazo médio, considerando os anos de 2020 e 2021, com tendência a redução para o ano de 2022, considerando os dois primeiros meses.

Recomenda-se que a vara monitore as diversas tarefas direcionadas à solução dos processos, a fim de continuar reduzindo o referido prazo.



10.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

Do início ao encerramento da liquidação (E- Gestão - Gerenciais A.4.4)	2020	2021	2022 (até 28/2/2022)
	48	85	106

A unidade **aumentou** em 37 (trinta e sete) dias o referido prazo, considerando os anos de 2020 e 2021, com tendência de crescimento para o ano em curso.

Recomenda-se que a vara monitore as diversas tarefas direcionadas à fase de liquidação, dentre outras, os processos aguardando prazo para a entrega do laudo pericial contábil ou apresentação do cálculo pelas partes, os prazos para apresentação de manifestações, bem como os decursos e também a observância do lapso de tempo para concluir e proferir decisões dos incidentes processuais decorrentes desta fase.

O Juízo deve continuar envidando esforços para proferir sentenças líquidas, que suprime essa fase processual, diminuindo consideravelmente a duração do processo.

10.3 FASE DE EXECUÇÃO

Do início da execução até a extinção (E- Gestão - Gerenciais A.4.4)	2020	2021	2022 (até 28/2/2022)
	955	688	794

A unidade **reduziu** o supracitado prazo em 267 (duzentos e sessenta e sete) dias, considerando os anos de 2020 e 2021, com tendência de aumento para o ano de 2022.

Recomenda-se que sejam monitoradas as diversas tarefas direcionadas à fase de execução, dentre elas, o lapso de tempo para realização da citação, das consultas às ferramentas executórias, das realizações de praça/leilão, dos prazos para manifestações e dos decursos de prazos, da observância do lapso de



tempo também para concluir e proferir decisões dos incidentes processuais decorrentes desta fase.

10.4 PRAZO MÉDIO DO ARQUIVAMENTO DEFINITIVO

Do ajuizamento da ação até o arquivamento definitivo (E-Gestão - Gerenciais A.4.4)	2020	2021	2022 (até 28/2/2022)
	606	527	618

A unidade **reduziu** em 79 (setenta e nove) dias o prazo médio do ajuizamento da ação até o arquivamento definitivo, considerando os anos de 2020 e 2021, todavia, registra tendência de aumento para o ano de 2022.

Por meio de consulta ao Portal E-Gestão (https://portalegestao.tst.jus.br), no dia 10/3/2022, a média regional entre os TRTs de Pequeno Porte para o ano de 2022 (até 28/2/2022) foi de 1035 (mil e trinta e cinco) dias.

Com relação ao referido prazo, a unidade está **melhor** do que a média dos prazos entre os regionais de pequeno porte. Logo, deverá continuar se empenhando para arquivar os processos aptos e, assim, manter o bom resultado.

Registre-se que na Ata de Correição Ordinária da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, ocorrida no período de 24 a 28 de maio de 2021, foi recomendado ao TRT/24 intensificar esforços voltados à redução do aludido prazo médio:

"... Considerando que o prazo médio entre o ajuizamento da ação e o arquivamento definitivo do processo pelo Tribunal Regional se mostrou elevado, ocupando o Tribunal Regional a posição de oitavo maior prazo médio do País no ano de 2020, recomenda-se que se intensifiquem esforços voltados à redução do aludido prazo médio;..."



10.5 MÉDIA DE CUMPRIMENTO DE MANDADOS POR SETOR

Cumprimento de diligências pelo oficial de justiça	2020	2021	2022* (até 28/02/2022)
(PJe - Relatórios Gerenciais - Média de cumprimento de mandados - Média Distribuição / Cumprimento)	8	8	9

A unidade manteve o prazo médio para cumprimento de mandados, considerando os anos de 2020 e 2021, com leve tendência de crescimento para o ano de 2022, em conformidade com o prazo legal para cumprimento de mandado (CLT, art. 721, § 2°).

10.6 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS E SOLUÇÃO DE PROCESSO

	Rito Sumaríssimo					
		Última visita correicional	No período correicionado			
1	Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência (Rel. Resumo K.1.1)	72	Não há registro			
2	Da realização da 1ª audiência até o encerramento da instrução (Rel. Resumo K.1.2)	127	364			
3	Da conclusão até a prolação da sentença (Rel. Resumo K.1.3)	15	2			
4	Do ajuizamento da ação à prolação da sentença (Rel. Resumo K.1.1)	105	126			
	Exceto Rito Sumaríssimo					
5	Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência (Rel. Resumo K.1.1)	61	78			
6	Da realização da 1ª audiência até o encerramento da instrução (Rel. Resumo K.1.2)	78	224			
7	Da conclusão até a prolação da sentença (Rel. Resumo K.1.3)	9	5			
8	Do ajuizamento da ação à prolação da sentença (Rel. Resumo K.1.1)	117	148			

No que se refere aos prazos médios de audiência e solução de processos, comparando-se o último período correicionado com o atual, verifica-se que a unidade obteve um **aumento** no prazo médio, referente ao ajuizamento da ação à prolação da sentença, de 21 (vinte e um) dias, com relação aos processos submetidos ao Rito



Sumaríssimo, e de 31 (trinta e um) dias, com relação aos processos submetidos ao Rito Ordinário.

O prazo médio de audiência e solução do processo também foi objeto de recomendação na Ata de Correição Ordinária da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, ocorrida no período de 24 a 28 de maio de 2021, motivo pelo qual conclamamos a unidade judiciária para que envide esforços a fim de reduzir os aludidos prazos médios.

Recomendação da Ata de Correição Ordinária da CGJT:

"... Considerando os elevados prazos médios do ajuizamento da ação até a prolação da sentença, do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência, da realização da 1ª audiência ao encerramento da instrução e a elevada taxa de congestionamento, recomenda-se que sejam concentrados esforços para a redução dos prazos médios e da taxa de congestionamento, buscando-se a efetivação do princípio da razoável duração do processo;..."

10.7 PRAZOS MÉDIOS POR REGIÃO JUDICIÁRIA - AS 10 VARAS COM MAIORES E MENORES PRAZOS MÉDIOS - ANO DE 2021

RJ	Descrição da Vara	Conhec: Do ajuiza ação prolac	amento da até a	Fase de Liquidação: Do início ao encerramento da liquidação		quidação: Execução: início ao Do início da rramento da execução até a		Arquivamento Definitivo: Do ajuizamento da ação até o arquivamento definitivo	
		Quantidade de Processos	Prazo (em dias)	Quantidade de Processos	Prazo (em dias)	Quantidad e de Processos	Prazo (em dias)	Quantidad e de Processos	Prazo (em dias)
24ª	VT São Gabriel do Oeste	398	133	63	85	148	688	438	527

Os valores acima foram arredondados







(*). Gráficos extraídos do e-Gestão: relatórios gerenciais - A.4.4, no período de 1/1/2021 a 31/12/2021.



Com relação aos prazos médios por Região Judiciária, conforme os gráficos acima extraídos do e-Gestão, no ano de 2021, a Vara do Trabalho de São Gabriel do Oeste figurou entre as 10 unidades com menor prazo médio nas fases de conhecimento (133 dias), liquidação (85 dias) e execução (688 dias). Referidos prazos foram analisados nos itens 10.1 a 10.3.

11. PRODUTIVIDADE DOS JUÍZES QUE ATUARAM NA UNIDADE NO PERÍODO CORREICIONADO

Magistrado	Quantidade de processos solucionados
Ademar de Souza Freitas	1
André Luiz Nacer de Souza	1
Antonio Arraes Branco Avelino	1
Erika Silva Boquimpani	6
Hella de Fátima Maeda	26
Izabella de Castro Ramos	19
Júlio César Bebber	1
Kelly Cristina Monteiro dias Estadulho	14
Mário Luiz Bezerra Salgueiro	343
Total	412

Dados extraídos do e-Gestão: relatórios gerenciais - B.1.1, no período correicionado de 1/2/2021 a 28/2/2022.

12. Sentenças líquidas proferidas

A sentença líquida auxilia na redução da carga de trabalho da secretaria, incentiva a conciliação e diminui o tempo de tramitação do processo.



Solucionados no período								
2020 2021 2022								
Com se	entença ida	Total	Com sentença líquida		Total	Com sentença líquida		Total
Quantidade	Percentual	Quantidade	Quantidade	Percentual	Quantidade	Quantidade	Percentual	Quantidade
11	11%	102	52	65%	80	5	45%	11

Dados extraídos do e-Gestão: relatórios gerenciais - A.1.2.5

Houve aumento de 54 (cinquenta e quatro) pontos percentuais de sentenças líquidas proferidas, considerando os anos de 2020 e 2021. No ano de 2022, até 28 de fevereiro, a unidade prolatou 11 (onze) sentenças, sendo 5 (cinco) líquidas, atingindo o índice de 45%.

No decorrer do ano de 2021 este Regional ofereceu, por meio da Escola Judicial, curso/treinamento para utilização do PJe-Calc, com o objetivo de incrementar a realização de sentenças líquidas. E, para o ano de 2022 há programação de capacitação em PJe-Calc, liquidações de sentença e atualizações (PROAD 19979/2021 - 4 novas Turmas, no período de 6.4.2022 a 3.6.2022).

Na Ata de Correição Ordinária da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, ocorrida no período de 24 a 28 de maio de 2021, foi registrado o baixo índice de sentenças líquidas no âmbito deste Regional, sendo objeto de recomendação:

"...Considerando o reduzido percentual de sentenças líquidas proferidas no âmbito do TRT24, reitera-se a recomendação anterior para que sejam envidados esforços no sentido de incentivar os magistrados a prolatar sentenças e acórdãos líquidos (inclusive mediante uso do PJe-Calcc), fornecendo meios e ferramentas necessários ao incremento da produtividade na fase de liquidação;..."



Foi editado pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho o calendário oficial das correições a serem realizadas em 2022, no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho (ATO Nº 05/GCGJT, 24/2/2022), sendo designado o período de 20 a 24 de junho para realização da Correição Ordinária neste Regional.

A Média Nacional de sentenças líquidas entre os Tribunais Regionais do Trabalho de pequeno porte no ano de 2021 foi de 55%, conforme *print* abaixo:



Dados atualizados em 15/02/2022 Fonte: Coordenadoria de Estatística e Pesquisa - Sistema E-Gestão

	Sentenças				
Região Judiciária	Liquidas	Proferidas	Percentual de Sentenças Liquidas		
11a - AM e RR	3.987	7.638	52,2		
13a - PB	7.352	9.154	80,3		
14a - RO e AC	1.282	7.778	16,5		
16a - MA	5.604	12.929	43,3		
17a - ES	4.441	9.097	48,8		
19a - AL	5.258	6.377	82,5		
20a - SE	4.547	5.235	86,9		
21a - RN	5.853	7.059	82,9		
22a - PI	1.842	6.459	28,5		
23a - MT	6.745	8.632	78,1		
24a - MS	1.479	7.686	19,2		
TOTAL	48.390	88.044	55,0		

A unidade apresentou um índice melhor que a média de sentenças liquidas (65%), considerando os Regionais de pequeno porte (55%), no ano de 2021.

Registre-se que no ano de 2021 o Excelentíssimo Juiz Mário Luiz Bezerra Salgueiro proferiu 51 (cinquenta e uma), dentre o total de 52 (cinquenta e duas) sentenças líquidas proferidas pela unidade e no ano de 2022 dentre as 5 (cinco) sentenças líquidas proferidas pela Vara do Trabalho, 3 (três) foram prolatadas pelo referido magistrado, conforme relatórios extraídos do e-Gestão: relatórios gerenciais - B.1.1.

Diante dos resultados obtidos, conclamamos à unidade a continuar envidando esforços para manter o índice alcançado no ano de 2021.



13. AUDIÊNCIAS

13.1 Audiência por semana

Quantidade de dias da semana em que se realizam audiê	ncias 3 (três) dias
(art. 32, III, PGC CGJT)	
As audiências, no período correicionado, foratelepresencial.	am realizadas de forma
Quadro preenchido conforme informações do Diretor de Secretario	a

13.2 Procedimento adotado em audiências (una ou

fracionada)

Rito	Una	Fracionada
Sumaríssimo		X
Ordinário		X
Quadro preenchido conforme informações do Din	retor de Secretari	a

13.3 Férias da Juíza Titular

	Sim	Não		Obs	
Durante as férias da Juíza Titular foram realizadas audiências? Caso positivo, qual juiz as presidiu.			Juiz Bezerra	Mário Salgueiro	Luiz
Quadro preenchido conforme informações do Diretor de Secretaria					

13.4 Audiência mais longínqua (*)

Tipo de audiência	Data
Una	Não há registro
Iniciais	7/4/2022
Instrução	7/4/2022
Encerramento de Instrução	Não há registro
Audiências de Julgamento	Não há registro
Conciliação em Execução	Não há registro

^(*) Dados extraídos do relatório gerencial do Sistema PJe (Relatórios Gerenciais - Audiência por tipo) no dia 10/3/2022 (referente ao período de 10/3/2022 a 10/3/2024)



13.5 Processos aguardando somente a realização de audiência de encerramento da instrução (*)

	Quantidade
Encerramento de instução	Não há registro

^(*) Dados extraídos do relatório gerencial do Sistema PJe (Relatórios Gerenciais - Audiência por tipo) no dia 10/3/2022 (referente ao período de 10/3/2022 a 10/3/2024)

13.6 Audiências realizadas na unidade (*)

Vara do Trabalho		Vara do Trabalho de São Gabriel do Oeste			
UF		MS			
Data da última	Data da última remessa				
(relativa ao p	eríodo		8/3/2022		
correicionado	atual)				
			Período da	Período da	
Aud	diências :	realizadas	correicão	correição atual	
			anterior	correrção acuar	
	Rito Su	maríssimo	105	201	
Inicial	Exceto	Rito Sumaríssimo	111	117	
	Total		216	318	
	Rito Su	maríssimo	10	111	
Instrução	Exceto	Rito Sumaríssimo	38	97	
Inscrução	Encerra	mento de Instrução	28	15	
	Total		76	223	
Julgamento			0	0	
	Rito Su	maríssimo	0	3	
UNA	Exceto	Rito Sumaríssimo	0	0	
Total			0	3	
Conciliação conhecimento			5	29	
Conciliação execução			2	33	
Inquirição de testemunha - Juízo Deprecado			0	0	
Total			299	606	
(*) Dados extraídos do e-Gestão: relatórios gerenciais - A.5.2. no período correicionado de					

^(*) Dados extraídos do e-Gestão: relatórios gerenciais - A.5.2, no período correicionado de 1/2/2021 a 28/2/2022.

Constatou-se que no período correicionado houve a realização de 3 (três) audiências unas nos processos submetidos ao Rito Sumaríssimo.



Registre-se que houve **aumento** no número de audiências conciliatórias na fase de execução, vez que no período da correicionado anterior foram realizadas apenas 2 (duas) audiências de conciliação em execução e, no período atual, foram realizadas 33 (trinta e três), atendendo a recomendação da ata de correição do ano anterior.

14. ARRECADAÇÃO DA UNIDADE NO ANO DE 2021 (*)

Descrição	Valores		
Valores pagos aos reclamantes	R\$ 5.210.227,87		
Custas Processuais e Emolumentos	R\$ 39.168,68		
Contribuição Previdenciária	R\$ 321.976,85		
Imposto de Renda	R\$ 39.946,88		
Multas	R\$ 0		
A Secretaria deve continuar registrando no reclamantes, bem como os relativos às contribemolumentos e custas processuais, tanto os verificados por meio de expedições de guias/a	uições previdenciárias e fiscais, informados pela parte, como os		

acima, extraídas do e-Gestão, reflitam a realidade dos valores transitados na

15. PARTICIPAÇÃO DA UNIDADE NA SEMANA NACIONAL DE EXECUÇÃO E NA SEMANA REGIONAL DE CONCILIAÇÃO TRABALHISTA

Semanas	Quantidade de acordos
	homologados
Semana Nacional da Execução Trabalhista, promovida pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, no período de 20/9/2021 a 24/9/2021.	
Semana Regional da Conciliação Trabalhista, promovida por este Tribunal, no período de 7/6/2021 a 11/6/2021	3

^(*) Dados fornecidos pelo CEPP.

unidade.

^(*) Dados extraídos do e-Gestão (Relatórios Gerencial C.01 e D.01)



16. PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE

	Procedimento	Sim	Não	OBS.
1	A unidade observa a RECOMENDAÇÃO CONJUNTA GP. CGJT Nº 1/2011, no sentido de conferir prioridade à tramitação e ao julgamento das reclamações trabalhistas que envolvam acidente do trabalho, e se essa tramitação preferencial é registrada em campo próprio, nos processos eletrônicos.	Х		
2	A unidade observa a RECOMENDAÇÃO CONJUNTA GP. CGJT N. 2/2011, de encaminhamento, à PGF/MS, por intermédio de endereço e-mail institucional, de cópia das sentenças que reconheçam conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de Ação Regressiva.	Х		
3	A unidade observa a RECOMENDAÇÃO CONJUNTA GP.CGJT. N. 3/2013, a qual recomenda o encaminhamento à Superintendência Regional do Trabalho de cópia das sentenças que reconheçam a presença de agentes insalubres no meio ambiente do trabalho, a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização.	Х		
4	A Vara observa a RECOMENDAÇÃO GCGJT N. 4/2019, com relação a garantir prioridade no processamento e julgamento dos processos individuais e coletivos que envolvam os temas aprendizagem profissional, trabalho escravo e trabalho infantil	Х		

17. PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS EDITADOS PELO TRT/24 (CPC, 926)

Observância, pelos juízes que atuam na unidade, dos precedentes obrigatórios editados pelo TRT24 (CPC, 926):

PROCESSOS	REGISTRO DA SITUAÇÃO VERIFICADA: a) aplicado o precedente; b) rejeita a aplicação, com apontamento de distinguishing e/ou superação; c) rejeitada a aplicação, sem indicação de distinguishing e/ou superação;	ESPECIFICAÇÃO DO PRECEDENTE
0024211-28.2021.5.24.0081	Aplicado o precedente	TRT-MS-IUJ-0024353-
Sentença proferida em 19/10/21		18.2020.5.24.0000
0024203-51.2021.5.24.0081	Aplicado o precedente	TRT-MS-IUJ-0024353-
Sentença proferida em		18.2020.5.24.0000



18/10/21				
0024205-21.2021.5.24.0081	Aplicado o precedente	TRT-MS-IUJ-0024353-		
Sentença proferida em		18.2020.5.24.0000		
18/10/21				
0024047-63.2021.5.24.0081	Aplicado o precedente	TRT-MS-IUJ-0024353-		
Sentença proferida em		18.2020.5.24.0000		
13/5/21		TRT-MS-IUJ-0025764-		
		92.2017.5.24.0000		
0024536-49.2021.5.24.0001	Aplicado o precedente	TRT-MS-IUJ-0024122-		
Sentença proferida em		54.2021.5.24.0000		
25/2/22				
Quadro preenchido conforme informações do Diretor de Secretaria				

18. GESTÃO AMBIENTAL

Ações de preservação e recuperação	Desenvolvidas
Conscientização quanto ao consumo racional de água, a fim de evitar desperdícios	Х
Consumo racional de energia elétrica	X
Utilização do correio eletrônico, malote digital e mensagens instantâneas em softwares homologados pelo tribunal em substituição à correspondência impressa	Х
Impressão de documentos utilizando, sempre que possível, a frente e o verso do papel	Х
Aproveitamento de papel usado como rascunho	X
Utilização de copos/xícaras de vidro/louça (pelo público interno) em lugar dos descartáveis	Х
Separação e coleta seletiva do lixo produzido pela unidade	X
Quadro preenchido conforme informações do Diretor de Secretari	a



19. MEDIDAS E PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA UNIDADE QUANTO ÀS RECOMENDAÇÕES REGISTRADAS NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO ANTERIOR

Recomendação		riu?	Observações	
		Não	ODSCI VAÇOCS	
Adote providências em relação a tramitação dos processos submetidos ao procedimento sumaríssimo, de modo a reduzir o atual prazo, de 105 dias, (no ano anterior o prazo era de 96 dias), o que foi objeto de recomendação na Correição Ordinária de 2020. Além dos processos submetidos ao rito sumaríssimo deve reduzir também o prazo daqueles submetidos ao procedimento ordinário, considerandose inclusive a garantia constitucional da razoável duração do processo. Registre-se que houve aumento no prazo médio, reflexo da redução significativa do número de audiências realizadas em razão da exceção causada pela epidemia do Novo Coronavírus - COVID-19, desde 18/3/2020.		х	O prazo médio, em relação ao rito sumaríssimo, no último período correicionado, era de 105 dias e neste período é de 126 dias, portanto não cumpriu a recomendação.	
Promova a inclusão de processos na fase de execução na pauta para tentativa de conciliação, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do art. 180, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho de 19/12/2019, tendo em vista que no período correicionado foram registradas a realização de apenas 2 (duas) audiências de conciliação na execução, conforme o item 11.7 e também para auxiliar na redução do prazo médio, vez que houve um aumento, (item 9.1, de 678, no período desta correição.	X		Constata-se em análise do item 13.7 que, no período correicionado anterior, foram realizadas 2 audiências e, no período correicionado atual, foram realizadas 33 audiências de tentativa de conciliação na fase de execução, portanto houve majoração dos processos incluídos na pauta em atenção à recomendação.	
Continue realizando, com frequência, a análise das caixas de tarefas do sistema PJe e pesquisas por meio dos sistemas disponíveis, citando como exemplo: o E-Gestão, SICOND e Relatórios Gerenciais, de modo a evitar paralisação injustificada, atentando para os processos que se encontram paralisados há mais de 30 (trinta) dias, de modo a reduzir o	Х		A Vara informou que os processos são manuseados por meio de GIGS, evitando-se que fiquem parados sem necessidade. Além disso, utilizam-se com frequência os relatórios gerenciais. Verificou-se, por meio do relatório SICOND (item 20 - b.1), com data de 28/2/2022, que a unidade possuía apenas 8	



tempo médio de tramitação processual;	processos com prazo superio: 30 dias.	r a
Promova a movimentação dos processos cuja tramitação foi indevidamente paralisada, mencionados no item 17, alínea "e.2" (sem tramitação há mais de 30 dias em 12/2/2021), e, no prazo de 30 (trinta dias), informe ao Gabinete da Corregedoria Regional, por meio de ofício, o andamento processual realizado nos processos citados na referida alínea.	X A unidade protocolou Offco VT/SGO nº 001/2021, de 8 abril de 2021, nos autos CorOrd 000000 42.2021.2.00.0524, comprovan a movimentação dos processos cumprindo a referi recomendação.	de da)2- ido e
Revise e abdique do procedimento de guarda de bens penhorados/constritos na unidade, observando as previsões processuais e da Resolução 236/2016 do CNJ para adequada realização do depósito deles (item 17, alínea p).	X O Diretor informa que não mais depósito de bens unidade.	há na

20. OBSERVAÇÕES

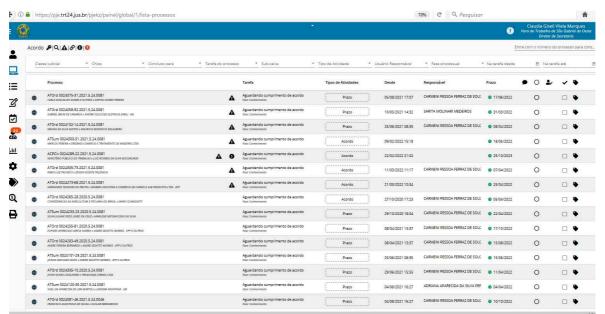
Durante a correição foi observado:

- a) Não há não há, nesta data, processos aguardando julgamento, com prazos vencidos;
- **b)** conforme parâmetros do Provimento SGP/GCR nº 7/2020, que regulamenta o procedimento da correição ordinária e da extraordinária no âmbito das unidades (art. 7º, incisos I e II) foram realizadas as seguintes constatações:
- **b.1)** o acervo da unidade conforme relatório do Sistema SICOND, com data até 28/2/2022, registrou 40(quarenta) processos com prazo superior a 30 (trinta) dias, nas seguintes tarefas: Aguardando Cumprimento de Acordo 24(vinte e quatro), Aguardando Prazo 8(oito), Análise 1(um) e Cumprimento de Providências 7(sete).

Registre-se que, em 9/3/2021, foram verificados todos os processos do relatório extraído e não foi constatado, na Vara do Trabalho de São Gabriel do Oeste, processos paralisados indevidamente com prazo superior a trinta dias, sendo digno de elogio o uso das ferramentas disponíveis e a utilização do GIGS para acompanhamento e controle dos prazos nas tarefas do PJE,



principalmente na tarefa de cumprimento de acordo. A unidade deverá continuar com o monitoramento das caixas de tarefas do Sistema PJE e com o uso contínuo do GIGS, contribuindo para uma prestação jurisdicional célere e efetiva;



Tela do Sistema PJe, na tarefa Aguardando Cumprimento de Acordoutilização do GIGS pela unidade.

b.2) Procedimentos analisados:

ATOrd 0024299-03.2020.5.24.0081 - no dia 18/8/2021 a reclamante/executada foi citada para pagar ou garantir a execução, não houve pagamento nem garantia. No dia 27/10/2021, foi deferida a desconsideração inversa da personalidade jurídica e no dia 19/11/2021 a empresa executada foi citada para pagar ou garantir a execução. Registre-se que até a data da análise não houve decisão judicial expressa para registro dos dados das executadas no BNDT (arts. 2° e 5° do ATO CGJT N° 01, DE 21 DE JANEIRO DE 2022);

 $\textbf{ATOrd 0024177-53.2021.5.24.0081} - \text{no dia } 6/12/2021 \text{ a} \\ 1^{\text{a}} \text{ executada foi citada para pagar o débito exequendo, não houve} \\ \text{pagamento nem garantia da execução. Até a data da análise, não }$



houve decisão judicial expressa para registro dos dados da referida executada no BNDT (arts. 2° e 5° do ATO CGJT N° 01, DE 21 DE JANEIRO DE 2022);

ATSum 0024116-95.2021.5.24.0081 - no dia 23/9/2021 a 1ª executada foi citada, por edital, para pagar ou garantir a execução. Não houve pagamento. Até a data da análise não houve decisão judicial expressa para registro dos dados da executada no BNDT (arts. 2° e 5° do ATO CGJT N° 01, DE 21 DE JANEIRO DE 2022);

ATSum 0024031-12.2021.5.24.0081 - no dia 26/7/2021 a 1ª executada foi citada para pagar ou garantir o débito exequendo. Não houve pagamento e nem garantia da execução. Até a data da análise não houve decisão judicial expressa para registro dos dados da referida executada no BNDT (arts. 2° e 5° do ATO CGJT N° 01, DE 21 DE JANEIRO DE 2022);

ATOrd 0024132-49.2021.5.24.0081 - no dia 23/10/2021 o executado foi citado para pagar a execução. Não houve pagamento. Até a data da análise não houve decisão judicial expressa para registro dos dados do executado no BNDT (arts. 2° e 5° do ATO CGJT N° 01, DE 21 DE JANEIRO DE 2022).

Nos processos ATOrd 0024299-03.2020.5.24.0081, ATOrd 0024177-53.2021.5.24.0081, ATSum 0024116-95.2021.5.24.0081, ATSum 0024031-12.2021.5.24.0081 e ATOrd 0024132-49.2021.5.24.0081, constatou-se a não observância do ATO CGJT N° 01, DE 21 DE JANEIRO DE 2022, no que se refere ao registro de dados no Banco Nacional de Débitos Trabalhistas.

Informações prestadas pela unidade e constatações realizadas pelo Gabinete da Corregedoria:

c) a unidade informou que, nos despachos de recebimento de recursos, há pronunciamento explícito acerca dos pressupostos de admissibilidade (artigo 102 da Consolidação dos



Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho), **ATSum** 0024016-43.2021.5.24.0081, **ATOrd** 0024347-59.2020.5.24.0081, **ATSum** 0024009-51.2021.5.24.0081 e **ATOrd** 0024299-03.2020.5.24.0081;

- d) o Diretor de Secretaria informou o cumprimento dos procedimentos relativos às informações de caráter sigiloso (Art. 168-F e 168-G do Provimento Geral Consolidado deste Tribunal), o que foi constatado por meio dos processos ATOrd 0024366-02.2019.5.24.0081, ATSum 0024046-83.2018.5.24.0081, e ACPCiv 0029600-19.2006.5.24.0081;
- e) a unidade registra o trânsito em julgado, em cumprimento ao artigo 68 do Provimento Geral Consolidado deste Tribunal, conforme constatação nos seguintes processos: ATSum 0024205-21.2021.5.24.0081, no dia 3/11/2021 foi certificado e registrado no PJE o trânsito em julgado, ocorrido em 28/10/2021; ATOrd 0024177-53.2021.5.24.0081, no dia 18/11/2021 foi certificado e registrado no PJE o trânsito em julgado, ocorrido em 16/11/2021, ATSum 0024222-57.2021.5.24.0081, no dia 2/2/2022 foi certificado e registrado no PJE o trânsito em julgado, ocorrido em 1/2/2022, ATOrd 0024299-03.2020.5.24.0081, no dia 6/8/2021 foi certificado e registrado no PJE o trânsito em julgado, ocorrido em 5/8/2021 e ATOrd 0024385-08.2019.5.24.0081, no dia 13/1/2022 foi certificado e registrado no PJE o trânsito em julgado, ocorrido em 24/11/2021;
- f) os cálculos de liquidação são elaborados pelas partes ou por perito, conforme constatado pela equipe correicional.

Foram elaborados pelas partes, cálculos os **ATSum** 0024231apresentados nos seguintes processos: 0024222-57.2021.5.24.0081 53.2020.5.24.0081 (9/8/2021), **ATSum** (17/2/2022), ATSum 0024221-72.2021.5.24.0081 (17/2/2022) e ATOrd **0024347-59.2020.5.24.0081** (1°/2/2022).

Foram elaborados por perito nomeado pelo Juízo os cálculos apresentados nos processos a seguir: ATOrd 0024524-



62.2016.5.24.0081 (2/3/2022) e ExProvAS 0024093-52.2021.5.24.0081 (5/11/2021) e ATOrd 0024385-08.2019.5.24.0081 (20/3/2022);

f.1) no processo ATSum 0024231-53.2020.5.24.0081 a autora apresentou os cálculos fora do Sistema PJe-Calc e a secretaria, por ocasião da atualização, o fez por meio do Sistema. Os laudos periciais dos processos ATOrd 0024524-62.2016.5.24.0081, 0024093-52.2021.5.24.0081 е ATOrd 08.2019.5.24.0081 também foram apresentados mediante o uso do PJe-Calc. A unidade utiliza o PJe-Calc para atualização das sentenças líquidas e dos acordos inadimplidos, conforme observado nos processos: ATSum 0024009-51.2021.5.24.0081 e ATSum 0024228-64.2021.5.24.0081 e ATSum 0024004-92.2022.5.24.0081, portanto em conformidade com a Resolução CSJT n. 284 de 26/2/2021 que alterou o art. 22, §§ 6° a 8° da Resolução CSJT n. 185 de 24/3/2017 prevê que:

"Art. 22 [...]

[...] § 6° Os cálculos de liquidação de sentença iniciada a partir de 1° de janeiro de 2021, apresentados por usuários internos e peritos designados pelo juiz, deverão ser juntados obrigatoriamente em PDF e com o arquivo "pjc" exportado pelo PJe-Calc. (NR)

§ 7° Os cálculos juntados pelos demais usuários externos deverão ser apresentados em PDF e, a critério dos interessados, preferencialmente acompanhados do arquivo "pjc" exportado pelo PJe-Calc.

 \S 8° Nos casos de que trata o \S 7°, a Secretaria da Vara deverá lançar no PJe os valores efetivamente devidos, conforme cálculos de liquidação homologados, atualizando tais registros sempre que necessário. "

g) a citação do executado é realizada por publicação - DEJT (ATOrd 0024193-07.2021.5.24.0081), por postal (ATOrd 0024177-53.2021.5.24.00810, por edital (ATOrd 0024366-02.2019.5.24.0081) e por mandado (ATOrd 0024263-24.2021.5.24.0081);



- o Diretor de Secretaria informou h) que SISBAJUD, a Secretaria utiliza-se das ferramentas para a busca de bens do devedor: RENAJUD, INFOJUD, CNIB, SERASA e BNDT, o que foi constatado, mediante consulta nos 0024366-02.2019.5.24.0081, ATOrd ATOrd processos: 53.2021.5.24.0081, ATSum 0024046-83.2018.5.24.0081, ATSum 0024116-95.2021.5.24.0081, ATOrd 0024299-03.2020.5.24.0081 0024227-79.2021.5.24.0081;
- i) a Vara do Trabalho informou que observa o disposto no Provimento Geral Consolidado deste Tribunal (artigos 168-A a 168-E) quanto à utilização do SISBAJUD (antigo BACEN-JUD) (transferência ou desbloqueio de valores), inclusive quanto à solução das pendências (não-respostas);
- j) conforme informação do Diretor de Secretaria, a execução provisória caminha até a penhora e, caso houver embargos na execução provisória, estes serão apreciados. Não foram encontrados processos aptos a esta constatação;
- k) da penhora realizada, a intimação é realizada via
 DEJT, ao advogado do executado, conforme constatado por meio dos
 processos ATSum 0024231-53.2020.5.24.0081, ATSum 002412812.2021.5.24.0081 e ATSum 0024018-13.2021.5.24.0081;
- 1) o Diretor de Secretaria informou que no caso de penhora sobre bens móveis, via de regra, o bem é mantido com o executado. O imediato desapossamento se dá em casos excepcionais e quando há requerimento do exequente;
- m) a unidade informou que no período correicionado foram realizados praça/leilão nos processos CartPrecCiv 0024274-87.2020.5.24.0081 (leilão/praça em 10/06/2021, sendo negativo e arrematado por venda direta ocorrida em 10/8/2021), CartPrecCiv 24198-97.2019.5.24.0081 (leilão em 20/7/2021) e CartPrecCiv 0024216-60.2015.5.24.0081 (leilão em 22/11/2021), todos realizados pela mesma leiloeira. A unidade esclareceu que fechou o primeiro



período do ano de 2022 com uma leiloeira. Para o próximo período, que se iniciará em abril de 2022, nos processos aptos para leilão, será nomeado outro leiloeiro. Também foi esclarecido que a Excelentíssima Juíza Titular já repassou à unidade a determinação de nomeação equitativa de leiloeiro, conforme dispõe a Portaria TRT/GP/SJ n° 001/2019, referendada pela Resolução Administrativa n° 38/2019;

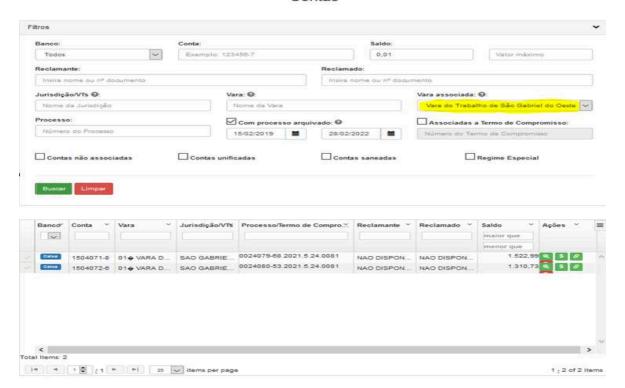
- n) a desconsideração da pessoa jurídica é realizada com observância do prescrito no art. 855-A da CLT com a inclusão dos sócios no polo passivo da ação, a devida alteração dos registros cadastrais e a citação/intimação dos sócios via postal ou mandado, conforme processos ATOrd 0024179-57.2020.5.24.0081 e ATSum 0024031-12.2021.5.24.0081;
- o) o Diretor de Secretaria informou que a Vara do Trabalho realiza a liberação do depósito recursal mediante requerimento. O art. 108, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, prevê liberação do depósito recursal, em favor do reclamante, após o trânsito em julgado da sentença condenatória, independentemente de requerimento do interessado, desde que o valor do trabalhista seja inequivocamente superior ao do depósito recursal ou incontroverso, prosseguindo a execução depois pela diferença;
- p) a equipe correicional constatou que nos processos ATOrd 0024347-59.2020.5.24.0081, ATSum 0024025-78.2016.5.24.0081 e ATSum 0024026-63.2016.5.24.0081 há determinação de sobrestamento após expedição da certidão para habilitação de crédito no Juízo Falimentar Juízo da Falência;
- q) verificou-se nos processos eletrônicos que, por ocasião do arquivamento definitivo, há certificação da inexistência de contas judiciais com valores disponíveis, em conformidade com o ATO CONJUNTO CSJT. GP. CGJT N. 01/2019 (Projeto Garimpo) e com o Provimento TRT/24 N. 6/2019. Foram consultados os



seguintes processos para constatação do cumprimento do ato normativo: ATSum 0024323-65.2019.5.24.0081, ATSum 0024192-22.2021.5.24.0081 e ATOrd 0024327-05.2019.5.24.0081, ATOrd 0024275-38.2021.5.24.0081 e ATOrd 0024286-67.2021.5.24.0081;

r) analisando o relatório extraído do Sistema Garimpo, no dia 9/3/2022, constatou-se que a Vara do Trabalho possui um passivo de 2 (dois) processos arquivados posteriormente a 14/2/2019 com contas judiciais ativas (art. 10, § 2°, Provimento TRT/24 N. 6/2019), conforme print abaixo. Ressalta-se que as cargas do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, datam de 14/2/2022 e 14/3/2022, respectivamente, o que pode ocasionar divergências com a realidade atual.

Contas



Os processos ATSum 0024079-68.2021.5.24.0081 e ATSum 0024080-53.2021.5.24.0081 constam no relatório do Projeto Garimpo, com data de abertura das contas judiciais posteriores ao arquivamento definitivo. Contudo, a unidade deverá analisar os



referidos processos com contas judiciais ativas detectadas no Sistema Garimpo.

Ainda, com relação aos processos ATSum 0024079-68.2021.5.24.0081 e ATSum 0024080-53.2021.5.24.0081, constata-se que no dia 10/8/2021 foram proferidas sentenças de extinção das execuções, em ambos, determinando a associação dos referidos autos ao processo 0024078-83.2021.5.24.0081 (execução análoga), e os arquivamentos daqueles. Com efeito, é vedado o arquivamento com baixa definitiva do processo de execução em processos reunidos em razão de centralização de execuções, conforme previsto no art. 119, parágrafo único, da Consolidação dos Provimentos da CGJT;

- s) os servidores participam de cursos promovidos pela Escola Judicial para aperfeiçoamento profissional, conforme informação do Diretor de Secretaria;
- t) a unidade realizou autoinspeção no dia 18/10/2021,
 e, para o ano em curso, a autoinspeção está prevista para o mês de julho, conforme informado pelo Diretor de Secretaria;
- u) verificou-se que nos processos ATOrd 0024132-49.2021.5.24.0081, ATOrd 0024357-79.2015.5.24.0081, ATSum 0024208-73.2021.5.24.0081 e ATOrd 0024039-52.2022.5.24.0081, nos mandados expedidos em 5/10/2021 e 22/10/2021, 4/10/2021 e 25/2/2022, respectivamente, não há determinação genérica para cumprimento do mandado em qualquer dia ou hora, em consonância com a Recomendação TRT/SECOR N° 3/2020;
- v) conforme registro no PROAD n. 21.104/2019 (Doc. 103), a Vara do Trabalho de São Gabriel do Oeste auxiliou a 3ª Vara do Trabalho de Campo Grande, por meio do servidor Marcelo Soares da Silva, de 4/3/2021 até 30/4/2021, tendo em vista a sua nomeação para ocupar o Cargo em Comissão de Diretor de Secretaria da Vara do Trabalho de Coxim, com efeito a contar de 3/5/2021 (Portaria TRT/GP/DG nº 102/2021).



- w) não há registro de que a Vara do Trabalho de São Gabriel do Oeste tenha recebido auxílio do Grupo de Apoio à Jurisdição, nos termos da RA 125/2021 - PROAD n. 19639/2021.
- **x)** a Vara do Trabalho informou que está observando o PROVIMENTO TRT/GCR N. 02/2021 que "Estabelece disposições complementares em relação ao trabalho dos Oficiais de Justiça do TRT24 (Provimento vinculado ao PROAD 22187/2020)" e a Recomendação TRT/SECOR N° 3/2020;
- y) o Diretor de Secretaria informou que o Oficial de Justiça, abaixo relacionado, auxilia nas tarefas da Secretaria, conforme propõe a decisão proferida nos autos do PROAD n. 22.187/2020:

Nome do Oficial de Justiça	ATUAÇÃO - TAREFAS DESENVOLVIDAS EM APOIO À UNIDADE JUDICIÁRIA
	O Oficial de Justiça da Unidade realiza: - minutas de decisões de incidentes da fase de execução (impugnações a cálculos, embargos à execução, embargos à arrematação, embargos de declaração);
Marcelo Soares da	- registro das penhoras de imóveis tão logo ultimadas as respectivas diligências no convênio ARISP;
Marcelo Soares da Silva	- pesquisa de dados cadastrais de partes mediante acesso ao INFOSEG, INFOJUD e RENAJUD, inclusive perante aos órgãos municipais ou entidades privadas,
	- pesquisa de gravames de veículos pelo convênio DETRAN-MS;
	- contatos pessoais/telefônicos com partes visando a solução conciliatória na fase executiva.



21. DESEMPENHO E PRODUTIVIDADE

IGEST - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DO DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

O Índice Nacional de Gestão do Desempenho da Justiça do Trabalho foi desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das Unidades Judiciárias. Para tanto, apresenta um referencial numérico que sintetiza os mesoindicadores ACERVO, CELERIDADE, PRODUTIVIDADE e TAXA DE CONGESTIONAMENTO em relação à FORÇA DE TRABALHO.

Os mesoindicadores são compostos por 13 (treze) indicadores construídos com base em 17 (dezessete) variáveis utilizando dados oficiais do Sistema e-Gestão dos últimos 12 (doze) meses anteriores a sua extração, referentes às Varas do Trabalho instaladas no País que estiveram em funcionamento durante todo o período de apuração. Reflete o desempenho de cada Vara do Trabalho, podendo ser contextualizado nos cenários nacional e regional, ou ainda, conforme o porte ou a faixa de casos novos definida pela Resolução CSJT nº 63/2010. O IGEST busca auxiliar as Presidências, Corregedorias e as Varas do Trabalho na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional, combinada à força de trabalho disponível, revelando-se, dessa forma, importante ferramenta de gestão.

A unidade alcançou as seguintes colocações nos últimos 5 (cinco) relatórios do IGEST:

Período de referência	IGEST GERAL		IGEST TRT/24ª Região (colocação entre as 26 Varas do Regional)
1°/1/2020 a 31/12/2020	130°	Colocação entre as 1571 Varas do País	6°
1°/4/2020 a 31/3/2021	89°	Colocação entre as 1570 Varas do País	3°
1°/7/2020 a 30/6/2021	89°	Colocação entre as 1570 Varas do País	3°



1°/10/2020	a 30/9/2021	610	Colocação entre as 1570 Varas do País	.) 0
1°/1/2021	a 31/12/2021	740	Colocação entre as 1571 Varas do País	2°

Registre-se que a Vara do Trabalho de São Gabriel do Oeste teve uma grande melhoria na sua classificação no âmbito nacional, considerando os resultados dos cinco últimos IGESTs, saindo da 130ª para 24ª colocação. Diante deste quadro, fica demonstrado o empenho dos Magistrados e Servidores, digno de elogios, pois resulta em uma prestação jurisdicional célere e eficaz aos jurisdicionados

22. CUMPRIMENTO DAS METAS NACIONAIS DO CNJ

22.1 Tabela de cumprimento das metas ano de 2021

METAS	Grau de Cumprimento	
META 1 Julgar quantidade maior de processos de	101 100	CUMPRIU
conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.	121,18%	
META 2 Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019 nos 1° e 2° graus.	106.72%	CUMPRIU
META 3 Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio (2018/2019) 44,17%, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira 40%.	116 412	CUMPRIU

Informação extraída dos relatórios no site do TRT - Portal da Transparência e Prestação de Contas-Metas Estratégicas

22.2 Metas aprovadas pelo CNJ para o ano de 2022

Anualmente o Conselho Nacional de Justiça - CNJ promove o Encontro Nacional do Poder Judiciário em que são definidas as Metas Nacionais para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.



As Metas Nacionais para 2022 foram aprovadas no 15° Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado nos dias 2 e 3 de dezembro de novembro de 2021, e representam o compromisso dos Tribunais brasileiros com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, para proporcionar à sociedade serviço mais célere, com maior eficiência e qualidade.

O Gabinete da Corregedoria Regional, em parceria com a Assessoria de Governança e Gestão, promoverá o levantamento de informações que facilitem o acompanhamento e o cumprimento das metas estabelecidas.

Conclamamos Magistrados e Servidores para acompanhamento mensal do cumprimento parcial das Metas, por meio de consulta no site deste Regional no Portal de Transparência (http://www.trt24.jus.br/web/transparencia/resultados-do-plano-estrategico), observando que os resultados também dependem do bem-estar físico e mental dos integrantes da equipe e de um ambiente de trabalho equilibrado, condições que exigem gestão de excelência e colaboração de todos.

METAS 2022

META 1

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento que os distribuídos no ano corrente.

META 2

Identificar e julgar, até 31/12/2022, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2020.

META 3

Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2019/2020, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%.

META 5

Reduzir em 1 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2020. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.



23. RECOMENDAÇÕES

Com o objetivo de aprimorar a prestação jurisdicional, o Corregedor Regional **RECOMENDA À VARA DO TRABALHO DE SÃO GABRIEL DO OESTE QUE:**

- a) **adote** providências em relação à tramitação dos processos, de modo a reduzir o atual prazo "do ajuizamento à prolação da sentença", de 126 dias (Sumaríssimo) e 148 dias (Ordinário), considerando-se a garantia constitucional da razoável duração do processo;
- b) continue realizando, com frequência, a análise das caixas de tarefas do sistema PJe e pesquisas por meio dos sistemas disponíveis, citando como exemplo: E-Gestão, SICOND e Relatórios Gerenciais, de modo a evitar paralisação injustificada dos processos, bem como continue utilizando o GIGS para acompanhamento do controle de prazos dos processos;
- c) observe o disposto no art. 108, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, de 19 de dezembro de 2019, alterando o procedimento relatado no item 20, letra "o", de que a unidade realiza a liberação do depósito recursal, mediante requerimento do exequente. O art. 108, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho prevê a liberação do depósito recursal, em favor do reclamante, independentemente de requerimento do interessado, após o trânsito em julgado da sentença condenatória, desde que o valor do crédito trabalhista seja inequivocamente superior ao do depósito recursal ou incontroverso;
- d) **proceda** à análise dos dois processos arquivados posteriormente a 14/2/2019 que possuem contas judiciais ativas (art. 10, §2°, Provimento TRT/24 N. 6/2019) e, no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao Gabinete da Corregedoria Regional, conforme constatado no item 20, alínea "r";
 - e) em atendimento às determinações da Corregedoria-



Geral da Justiça do Trabalho, **observe** o disposto no art. 119, parágrafo único, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, de 19 de dezembro de 2019 (alterando o procedimento constatado no item 20, alínea "r", em relação aos processos reunidos em razão de centralização de execuções);

- f) **delibere** sobre o requerimento do exequente na ação ACPCiv 0029600-19.2006.5.24.0081 (item 7 da manifestação ID 6720a8b), cujo exame foi postergado pela decisão de ID 6bf9572, com emprego de esforços para solução deste processo que, pelo ano, impacta negativamente o desempenho da unidade;
- g) **observe** os procedimentos descritos no Ato CGJT nº 01, de 21/1/2022, que regulamenta e expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT e dá outras providências, especialmente para os processos analisados para os quais há pendências relativas ao BNDT.

24. REGISTROS FINAIS

A Excelentíssimo Juíza Titular da Vara do Trabalho de São Gabriel do Oeste, Dra. Izabella de Castro Ramos, registra seus agradecimentos ao Excelentíssimo Juiz do Trabalho, Dr. Mário Luiz Bezerra Salgueiro, pela condução dos trabalhos durante o período em que atuou na unidade, e à equipe de servidores, pela acolhida e o apoio recebidos, quando assumiu a titularidade.

Estiveram presentes na abertura dos trabalhos o Presidente da 9ª Subseção da OAB/MS - Coxim, Dr. Giulliano Grandazzo Catelan Mosena - OAB/MS 13.646, e a Vice-Presidente da 21ª Subseção da OAB/MS - São Gabriel do Oeste, Dra. Daiana Giovelli Abitante - OAB/MS 16.716, que ressaltaram a qualidade dos trabalhos prestados pela unidade judiciária.

O Desembargador Corregedor agradece a participação dos ilustres advogados. Congratula-se com a Excelentíssima Juíza Titular da Vara do Trabalho de São Gabriel do Oeste, Dra. Izabella



de Castro Ramos, com o Diretor de Secretaria, Francisco de Paula, e com o grupo de apoio pelo trabalho desenvolvido, estimulando-os a prosseguir na busca de uma prestação jurisdicional mais célere e efetiva.

Reconhece e agradece a recepção e a colaboração de todos durante os trabalhos da correição.

Os cumprimentos são extensíveis aos demais magistrados e servidores que atuaram na unidade no período correicionado.

25. ENCERRAMENTO

Nesta data, às 12h50min, encerram-se os trabalhos, e eu, Claudia Giseli Vilela Marques, Secretária-Geral da Presidência, lavrei esta Ata que depois de lida, será assinada digitalmente pelo Excelentíssimo Desembargador Presidente e Corregedor deste Regional e pela Excelentíssima Juíza Titular da Vara do Trabalho de São Gabriel do Oeste, Dra. Izabella de Castro Ramos.

Firmado por Assinatura Eletrônica (Lei nº 11.419/2006)

ANDRÉ LUÍS MORAES DE OLIVEIRA

Desembargador Presidente e Corregedor

Firmado por Assinatura Eletrônica (Lei nº 11.419/2006)

IZABELLA DE CASTRO RAMOS

Juíza Titular da Vara do Trabalho de São Gabriel do Oeste